

**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

*1ª Secretaria da Mesa Diretora*

OFÍCIO. ALEPI – 1ª Sec. Nº 102/ 2024

Teresina/PI 16, de Outubro de 2024.

EXMO SRº. Senador Rodrigo Pacheco

Ao cumprimentá-los, encaminho as Vossas Excelências, devidamente aprovado pelo Plenário do Poder Legislativo, o anexo requerimento de autoria do **Deputado HENRIQUE PIRES**, solicitando **VOTO DE LOUVOR** pela aprovação pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei nº 4266/2023, do Senado, que aumenta a pena de feminicídio, e inclui outras situações consideradas agravantes da pena, podendo levar a até 40 anos de prisão, em razão dos motivos consignados no texto e na justificativa do mencionado expediente.

*A resposta deverá ser entregue no setor (1ª Secretaria / e-mail [1secretariaalepi2020@gmail.com](mailto:1secretariaalepi2020@gmail.com)) como também poderá ser entregue no protocolo da ALEPI e em caso de dúvidas segue contato: (86) 3133 – 3234.*

Reiteramos a Vossas Excelências nossos propósitos de real estima e especial consideração.

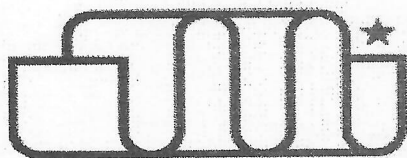
Atenciosamente,

Dep. Marden Menezes  
Secretário ALEPI

**MARDEN MENEZES**  
**PRIMEIRO SECRETÁRIO**

**EXMO SRº. RODRIGO PACHECO**  
**SENADOR**  
**PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL-DF**  
Palácio do Congresso Nacional  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Brasília - DF.  
CEP: 70165-900- Brasília-DF.

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES  
(MDB/PI)



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

Orgão	Alepi
Número	37255
Data	14/08/24
Assunto	Louvor
Rubrica	\$

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO  
PIRES (MDB/PI)

LIDO NO EXPEDIENTE

EM 18/09/24

Coordenadoria de Registros Legislativos

APROVADO

EM 08/10/24

Coordenadoria de Registros Legislativos

REQUERIMENTO Nº 927, DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2024

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

EMENA:

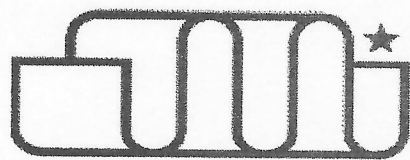
*Requer seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Federal Arthur Lira, Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, Brasília – DF, Cep: 70160-900, com **VOTO DE LOUVOR** pela aprovação pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei 4266/23, do Senado, que aumenta a pena de feminicídio e inclui outras situações consideradas agravantes da pena.*

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais.  
Encaminhe-se a

*Protocolo*  
*Genia Rodrigues Cavalcante*  
Diretora Legislativa  
14/10/24

ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES (MDB/PI), com assento nesta Casa Legislativa, **REQUER**, na forma do Regimento Interno, que depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor Presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco e ao excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Federal Arthur Lira, Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, Brasília –

**GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES  
(MDB/PI)**



**ALEPI**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

DF, Cep: 70160-900, com **VOTO DE LOUVOR** pela aprovação pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei 4266/23, do Senado, que aumenta a pena de feminicídio, podendo levar a até 40 anos de prisão.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA**, em Teresina (PI), de setembro de 2024.

**ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES**

DEPUTADO ESTADUAL (MDB/PI)





**ALEPI**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**JUSTIFICATIVA**

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4266/23, do Senado, que aumenta a pena de feminicídio e inclui outras situações consideradas agravantes da pena. A matéria será enviada à sanção presidencial.

Segundo o texto, o crime passa a figurar em um artigo específico em vez de ser um tipo de homicídio qualificado, como é hoje. A pena atual de 12 a 30 anos de reclusão aumenta para 20 a 40 anos.

A relatora do PL 4266/23, deputada Gisela Simona (União-MT), afirmou que a proposta contribui para o aumento da proteção à mulher vítima de violência.

Portanto, a criação do tipo penal autônomo de feminicídio é medida que se revela necessária não só para tornar mais visível essa forma extrema de violência contra a mulher, mas também para reforçar o combate a esse crime bárbaro e viabilizar a uniformização das informações sobre as mortes de mulheres no Brasil.

**ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES**

**DEPUTADO ESTADUAL (MDB/PI)**